

# JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação das atividades do Senado Federal

Ano I - Nº 22 - Brasília, sexta-feira, 2 de junho de 1995

## Senado presta homenagem ao TSE nos 50 anos

Uma sessão especial realizada pelo Senado na manhã de ontem destacou os serviços prestados ao processo democrático pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE). A solenidade, presidida pelo vice-presidente do Senado, Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), contou com a presença dos presidentes do TSE, Carlos Mário Velloso, da Câmara, Luís Eduardo Magalhães, e de tribunais superiores. **Página 3**



O atual e o ex-presidente do TSE compareceram à sessão do Senado em homenagem ao Tribunal

## Darcy: Nova LDB traz uma "revolução"

Uma verdadeira revolução no ensino fundamental brasileiro foi prevista ontem pelo senador Darcy Ribeiro (PDT-RJ), caso seja acolhido o substitutivo que apresentou ao projeto da Lei de Diretrizes e Bases da Educação. Nele é sugerida a instituição do regime de tempo integral e a exigência de que as professoras do primeiro grau sejam formadas em cursos superiores e não mais em cursos médios, em geral noturnos, de qualidade duvidosa, conforme comentou.

Em conversa com professores e estudantes, ontem à tarde, na Comissão de Educação, o senador, que é relator da matéria junto às Comissões de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) e de Educação (CE), explicou que o projeto da Lei das Diretrizes e Bases da Educação não afetará a situação funcional dos professores das universidades federais.

Assegurou também que o fim do ensino público gratuito no Brasil não está sendo cogitado em nenhum dispositivo do projeto da LDB em tramitação no Senado.

## NESTA EDIÇÃO

### Tuma defende pena especial para viciados

Página 4

### Congresso aprova verba para rodovias

Página 3

### Júlio apóia saúde aberta a estrangeiros

Página 2

### Norma sobre construção é aprovada

Página 3

## REFORMA CONSTITUCIONAL

# Relator prevê maior volume de investimentos

O relator da proposta de emenda constitucional sobre conceito de empresa brasileira, senador Ramez Tebet (PMDB-MS), informou que vai manter o texto aprovado pela Câmara dos Deputados, sem qualquer alteração.

Segundo Tebet, não cabe à Constituição estabelecer diferenças entre empresas brasileiras e estrangeiras, o que deve ficar por conta de uma legislação ordinária moderna e sintonizada com o mundo.

A proposta de emenda constitucional, de iniciativa do governo, permitirá também a participação de empresas estrangeiras na prospecção mineral em território brasileiro, o que hoje é proibido.

A exploração do subsolo será vedada a empresas estrangei-

ras apenas em áreas a menos de 50 quilômetros das fronteiras e em reservas indígenas, e dependerá de legislação ordinária específica.

- Não tenho em números precisos o quanto de capital estrangeiro ingressará no Brasil com tal mudança constitucional. Mas é inegável que iremos atrair muito capital de risco em vários setores, principalmente na mineração. Não há qualquer razão para temer em relação às nossas reservas minerais, porque o Estado brasileiro terá as condições para fazer cumprir a lei, e o Congresso sempre estará vigilante - disse o senador, que pretende concluir seu trabalho até sexta-feira que vem, depois de analisar as possíveis emendas que serão apresentadas.

# Júlio Campos defende capital estrangeiro no setor de saúde

*Para senador, população sofre prejuízos quando vê reduzidas suas alternativas de acesso a hospitais privados*

Em que medida a abertura de um hospital por uma empresa estrangeira pode representar ameaça à soberania nacional? Com essa pergunta, o senador Júlio Campos (PFL-PE) defendeu a modificação do artigo constitucional que veda a participação direta ou indireta de empresas ou capitais estrangeiros na assistência à saúde no país. "Inexistente qualquer argumento racional a suportar a inclusão desse dispositivo no texto constitucional, só se podendo compreendê-la enquanto uma vitória do mais estreito nacio-

nalismo", argumentou o senador.

Para Júlio Campos, a participação de empresas estrangeiras no setor não geraria concorrência predatória ao sistema público de saúde. Ele lembrou que uma das melhores tradições no campo do atendimento à saúde no Brasil é representada pelos hospitais fundados e mantidos pelas comunidades de imigrantes. "Que diferença há em que essas comunidades criem casas de saúde ou que uma empresa estrangeira o faça?", questionou Campos.

O senador acredita que a exclusão do capital estrangeiro nesse setor só traz prejuízos à população, que vê reduzidas suas opções de acesso a hospitais privados no momento em que o sistema público atravessa grave crise. Júlio Campos disse não compreender como essa proibição é mantida quando "as verbas públicas para a saúde diminuem ano após ano, os hospitais estão completamente sucateados, transformados em depósitos de doentes e a situação do atendimento é caótica, beirando o colapso".

IPMF

## Jatene debaterá no dia 6 com senadores

*Comissão de Assuntos Sociais analisará com o ministro novas formas para financiar saúde pública*

Ficou para a próxima terça-feira (dia 6), às 17h, o debate programado entre o ministro da Saúde, Adib Jatene, e os membros da Comissão de Assuntos Sociais do Senado em torno de novas formas para financiar a saúde pública no país, com destaque para a proposta de reedição do Imposto Provisório sobre Movimentação Financeira (IPMF).

A discussão deveria ocorrer

na manhã de ontem, mas teve que ser transferida em função da realização de sessão solene do Senado em homenagem aos 50 anos de criação da Justiça Eleitoral brasileira. O presidente da Comissão de Assuntos Sociais, se-

gador Beni Veras (PSDB-CE), destacou o interesse dos parlamentares pelo tema, em função das carências que o setor de saúde está enfrentando nos últimos anos, com reflexos negativos na qualidade de vida da população.



Beni Veras



Carlos Wilson

## Hospitais inacabados terão lista

O presidente da Comissão Temporária para Levantamento das Obras Inacabadas, senador Carlos Wilson (PSDB-PE), entregou ao ministro da Saúde, Adib Jatene, ofício solicitando uma listagem dos hospitais públicos cujas obras estejam inacabadas.

O senador esteve ontem pela manhã no Ministério para fazer a solicitação, mas o ministro havia sido convocado pelo presidente da República para reunião no Palácio do Planalto. À tarde, Jatene foi até o gabinete de Carlos Wilson e explicou que a lista já existe, mas está sendo revisada e atualizada. O ministro prometeu entregá-la o mais rapidamente possível.

## Agenda do Dia

**PRESIDENTE**  
Senador José Sarney

9h - Preside Sessão Ordinária do Senado

**PLENÁRIO**

9h - Sessão Ordinária do Senado

Pauta: \*PLC nº 32/91, que revoga o art. 106 da Lei nº 5.869/73 - Código de Processo Civil. (Em discussão) \*PLC nº 72/92,

que cria, na 3ª Região da Justiça do Trabalho, em Belo Horizonte - MG, no âmbito do Ministério Público do Trabalho, cargos de procuradores do trabalho de 2ª categoria, cargos em comissão, e dá outras providências. \*PLC nº 89/92, que concede isenção do Imposto sobre Produtos Industrializados e do Imposto de Importação relativamente a equipamentos e material educativo adquiridos por pessoa portadora de deficiência, e dá outras providências. (Em discussão) \*PLC nº 97/94, que autoriza a reversão ao Município de Coimbra - MG, do imóvel que menciona. (Em discussão)



# Senado homenageia 50º aniversário do TSE

*Parlamentares ressaltam serviços prestados à nação e ao processo democrático, por meio do empenho em garantir a seriedade do processo eleitoral*



Gilberto Miranda parabeniza o TSE na sessão que teve também Bernardo Cabral como orador

## Aprovada convenção da OIT sobre construção

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional do Senado (CRE) aprovou ontem projeto de decreto legislativo que ratifica texto de Convenção da Organização Internacional do Trabalho (OIT), firmada em 1988, estabelecendo exigências relativas a questões de segurança e medicina no trabalho no âmbito da construção civil. A Convenção será ainda submetida à apreciação do plenário do Senado.

Outros quatro textos de acordos foram aprovados a Convenção Interamericana sobre Obrigação Alimentar, de Montevidéu, em 1989; o Acordo sobre Serviços Aéreos Brasil-Áustria, de 1993; a Convenção Interamericana sobre Conflitos de Leis em Matéria de Adoção de Menores, firmada em La Paz, em 1984, e a Convenção Interamericana sobre Eficácia Extraterritorial das Sentenças e Laudos Arbitrais Estrangeiros, de Montevidéu, 1979. Todos os textos ainda serão votados pelo plenário do Senado.

A Comissão aprovou ainda a indicação do diplomata Ronald Leslie Moraes Small para embaixador em Vanuatu, cumulativamente com o posto de embaixador brasileiro na Austrália. A indicação, agora, será encaminhada à apreciação do plenário.

## Congresso aprova recursos para recuperação das rodovias federais

Os trechos das rodovias federais que prejudicam ou impedem o fluxo de veículos e representam perigo de vida para os usuários serão recuperados com obras emergenciais. Por solicitação do presidente da República, o Congresso Nacional aprovou na tarde ontem um crédito especial de R\$ 40.772.700 e um crédito suplementar de R\$ 5 milhões para o Ministério dos Transportes. O Departamento Nacional das Estradas de Rodagem (DNER) terá 90 dias para executar as obras.

Na exposição de motivos apresentada pelo ministro José Serra, as obras de recuperação são discriminadas como "ação tapa-buracos", remoção de barreiras, recomposição de aterros, execução de bueiros, estabilização de encostas e valas de drenagem. O objetivo do programa emergencial de recuperação das rodovias é oferecer condições mínimas de circulação e se-

gurança e garantir o escoamento da safra agrícola.

### LDO

O Congresso aprovou também uma alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) para 1995, de modo a facilitar a transferência de recursos da União para estados, Distrito Federal e municípios.

A sistemática atual de liberação de recursos, segundo o esclarecimento de José Serra, torna obrigatória a comprovação de exigências no início, na liberação de cada parcela e "nos eventuais aditivos que se façam necessários". Pela mudança aprovada, as unidades que receberão recursos da União deverão cumprir as exigências legais "no ato da assinatura do instrumento original".

O Congresso aprovou também uma alteração na Lei de Diretrizes Orçamentárias de 1995 que facilitará a transferência de recursos da União para estados, Distrito Federal e municípios.

Os serviços prestados pelo Tribunal Superior Eleitoral (TSE) à nação e ao processo democrático, através do empenho em assegurar a seriedade do processo eleitoral, foram ressaltados durante sessão especial realizada na manhã de ontem, na qual o Senado homenageou os 50 anos de fundação daquela Corte. A solenidade contou com a presença do presidente da Câmara dos Deputados, Luis Eduardo Magalhães, dos presidentes dos tribunais superiores, ministros de Estado e juristas.

Os senadores Gilberto Miranda (PMDB-AM) e Bernardo Cabral (PP-AM) foram os oradores da sessão. Miranda reportou-se aos principais eventos do meio século de existência do tribunal, destacando o êxito na condução das eleições de 1994.

Gilberto Miranda parabenizou o tribunal, na pessoa de seu atual presidente, ministro Carlos Mário Velloso, pelo trabalho desenvolvido para a informatização das eleições, que alcançará as capitais e as cidades com mais de 200 mil eleitores no pleito do ano que vem, e todo o país nas eleições gerais de 1998.

Bernardo Cabral lembrou que a solenidade de instalação do Tribunal, ocorrida em 1945, aconteceu nas dependências do antigo Palácio Monroe, no Rio de Janeiro, que foi sede do Senado Federal. Cabral disse que, desde então, o TSE tem representado uma garantia de funcionamento da democracia no país.

Falando em nome da Mesa Diretora da Casa, o 1º vice-presidente do Senado, Teotônio Vilela Filho (PSDB-AL), associou-se às homenagens, ressaltando que o TSE transmitiu a mundo uma imagem de seriedade do processo eleitoral brasileiro, e agora prepara-se para torná-lo mais moderno e eficaz, através da informatização.



# Tuma defende pena especial para toxicômano

Senador acha que o usuário de drogas deveria prestar trabalhos à sociedade ao invés de ser encaminhado para presídios



Jataí se transformou num centro econômico importante, diz Miranda

## MAURO MIRANDA

### JK começou por Jataí marcha para o Oeste

Há 40 anos, Juscelino Kubitschek fez um discurso na principal praça da cidade de Jataí, no Sudoeste de Goiás, iniciando sua campanha de candidato a presidente da República, o que deflagrou um movimento de interiorização do Brasil. A lembrança foi feita em plenário pelo senador Mauro Miranda (PMDB-GO), ao destacar os 100 anos de criação da cidade, festejados quarta-feira. Quatro décadas depois do discurso de Kubitschek, Jataí se transformou num dos centros econômicos mais importantes de todo o Centro-Oeste, disse o senador.

Com 150 mil habitantes e o segundo maior rebanho bovino de Goiás, o município de Jataí ostenta hoje um indica-

tor social da maior importância, conforme Mauro Miranda. Lá não existem meninos perambulando por suas ruas, graças a um programa especial que atende a 2.500 crianças pobres. O senador assinalou que Jataí, com uma faculdade e 20 mil vagas nas escolas, apresenta um nível de escolaridade acima da média das cidades do seu porte.

Mauro Miranda afirmou que a população do município se orgulha da presença de jataienses em altos cargos da administração estadual. O atual governador, Maguito Vilela, é de Jataí. No final dos anos 50, também foi governador outro filho da cidade, José Feliciano. Jataí é o nome de uma abelha muito comum na região, que produz mel de alta qualidade.

O usuário de drogas deveria prestar trabalhos à sociedade ao invés de ser encaminhado para presídios e transformar-se em marginal. Essa foi a tese defendida pelo senador e vice-presidente da Interpol, Romeu Tuma (PL-SP), ao declarar-se contra a descriminação das drogas. Segundo ele, a "despenalização" seria também uma forma de tratamento para a recuperação do viciado.

O senador, que participou do seminário "Descriminação, Sim ou Não?", realizado na Câmara dos Deputados, acha que os defensores da descriminação vêm tratando o assunto apenas sob o aspecto econômico. "Entendem essas correntes que a venda legali-



Romeu Tuma

zada de tóxicos permitiria arrecadar impostos e que os recursos poderiam ser aplicados nos programas de educação e controle. Mas essa experiência não deu certo na Europa, e muitos países estão retomando o modelo tradicional de repressão", afirmou.

Tuma defendeu ainda a necessidade do ajustamento da legislação que coíbe a lavagem de dinheiro ilegal, proveniente do narcotráfico. "Os recursos estão no mercado financeiro, sendo aplicados em atividades lícitas", denunciou. O senador disse que o governo precisa adotar uma forma de controle da produção, comércio e transporte de produtos químicos essenciais à elaboração de drogas proibidas.

### Marluce quer mais crédito para pequeno produtor

Os bancos federais, estaduais ou regionais que concederem empréstimos para o financiamento de atividades rurais a mini e pequenos produtores poderão deduzir até 50% do imposto de renda devido, desde que cobrem dos mutuários correção monetária igual ou inferior à metade da inflação apurada durante o período do financiamento.

É o que estabelece projeto de lei apresentado pela senadora Marluce Pinto (PMDB-RR), com o argumento de que a me-

tida permitirá "democratizar o acesso ao crédito rural".

O projeto prevê correção monetária integral na liquidação dos títulos quando o produtor não aplicar o valor do empréstimo na atividade rural. Nesse caso, a instituição financeira perderá o direito à dedução.

"Objetiva-se induzir as instituições financeiras públicas federais ou estaduais, inclusive as de âmbito regional, a alocar novos recursos no financiamento das atividades rurais - esclarece a senadora.

#### MESA DIRETORA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney ■ 1º Vice-Presidente: Teotônio Vilela Filho  
2º Vice-Presidente: Júlio Campos ■ 1º Secretário: Odacir Soares  
2º Secretário: Renan Calheiros ■ 3º Secretário: Levy Dias  
4º Secretário: Ernandes Amorim ■ Suplentes de Secretário: Antônio Carlos Valadares ■ José Eduardo Dutra ■ Luiz Alberto de Oliveira ■ Ney Suassuna

Impresso no Centro Gráfico do Senado Federal

#### Jornal do Senado

Órgão de divulgação da Secretaria de Comunicação do Senado Federal  
Diretor da Secretaria de Comunicação Social - Fernando Cesar Mesquita  
Diretor da Subsecretaria de Divulgação - Helival Rios ■ Coordenador de Jornalismo - Flávio de Mattos ■ Chefe do Serviço de Imprensa - José do Carmo Andrade ■ Editores - Djalba Lima e Edson de Almeida  
Diagramação - Sérgio Silva e Wesley Carvalho ■ Veja no Diário do Congresso Nacional a íntegra dos projetos e pronunciamentos citados.